

A EXPERIÊNCIA SENSÍVEL COMO FUNDAMENTO FENOMENOLÓGICO DO CONHECIMENTO: Exame sobre a Crítica Husserliana da Sensibilidade nas Lições da *Filosofia Primeira*

*SENSITIVE EXPERIENCE AS A PHENOMENOLOGICAL FOUNDATION OF
KNOWLEDGE: Examination on the Husserlian Criticism of Sensitivity in the Lessons of
First Philosophy*

André Vinícius Dias Senra

Instituto Federal do Rio de Janeiro

andre.senra@ifrj.edu.br

RESUMO: O sentido de toda ciência natural utiliza a experiência como critério de validação do conhecimento. Este conceito de validação da ciência natural coloca a necessidade de assimilação do processo causal relacionado ao pensamento natural. O método fenomenológico de Husserl se apresenta como alternativa ao naturalismo e oferece um caminho filosófico para a questão do conhecimento. A fenomenologia husserliana, enquanto orientação epistêmica alternativa, se estabelece em função de uma revisão historiográfica da Teoria do Conhecimento. A história da Fenomenologia, na condição de ciência filosófica, restitui a validade do conhecimento filosófico perante o debate racional. Para tanto, Husserl analisa os arcabouços teóricos do pensamento filosófico visando constituir um método que unifique as categorias fundamentais da Filosofia, a saber, naquilo que concerne a sensibilidade e o entendimento. Este artigo propõe um exame da noção de experiência como base para a discussão epistemológica, e procura estabelecer comparativo desta noção nos argumentos filosóficos de Hume e de Kant com a orientação fenomenológica de Husserl.

PALAVRAS-CHAVE: Intuição; Crítica; Consciência.

ABSTRACT: The meaning of all natural sciences uses experience as a criterion for validating knowledge. This concept of validation of natural science raises the need to assimilate the causal

process related to natural thinking. Husserl's phenomenological method presents itself as an alternative to naturalism and offers a philosophical path to the question of knowledge. Husserlian phenomenology, as an alternative epistemic orientation, is established as a function of a historiographical review of the Theory of Knowledge. The history of Phenomenology, as a philosophical science, restores the validity of philosophical knowledge in the face of rational debate. In order to do so, Husserl analyzes the theoretical frameworks of philosophical thought in order to constitute a method that unifies the fundamental categories of Philosophy, namely, in what concerns sensitivity and understanding. This article proposes an examination of the notion of experience as a basis for the epistemological discussion, and seeks to establish a comparison of this notion in the philosophical arguments of Hume and Kant with the phenomenological orientation of Husserl.

KEYWORDS: Intuition; Critics; Consciousness.

Historicamente, o conceito de Crítica remonta a tradição filosófica do conhecimento no sentido estabelecido por Kant. O objetivo de uma filosofia crítica não assume a caracterização negativa de se opor a um argumento ou doutrina, mas sim deve orientar a razão para uma forma de equilíbrio do pensamento que permita que um problema seja equacionado. A crítica fenomenológica do conhecimento proposta por Husserl pretende retomar a possibilidade de refundar o conhecimento em uma base epistêmica que leve em conta os referenciais filosóficos da Teoria do Conhecimento, o que indica elaboração da constituição fenomenológica de um modelo rigoroso de ciência cuja base epistêmica seja alternativa e independente da epistemologia naturalizada¹.

Em suas lições compiladas na segunda e terceira seção da obra *Filosofia Primeira (Erste Philosophie)*, Husserl considerou examinar, comparativamente, os momentos decisivos, do ponto de vista histórico, da Teoria do Conhecimento naquilo que concerne os desdobramentos das concepções empiristas e suas implicações posteriores à Modernidade. Nesse sentido, Husserl elaborou um exame onde mostrava como as concepções empiristas prepararam o caminho para o surgimento da Fenomenologia. Com isto, ele visava elaborar uma tese, segundo a qual, a Filosofia deveria ser a ciência modelo para a cientificidade válida em geral, pois, a constituição histórica do saber filosófico seria originada a partir dos arcaísmos teóricos da discussão entre escolas de pensamento filosófico. Ainda que estas escolas não tivessem chegado em uma base consensual para o início do saber filosófico, por outro lado, ofereciam subsídios para uma análise que demandava um método adequado para tratamento das questões filosóficas. Assim sendo, Husserl entendia que a História da Filosofia seria, tautologicamente falando, a História da Fenomenologia. Husserl toma como ponto de partida, de seu projeto filosófico, a crítica ao modelo das ciências positivas, pois, segundo ele, o naturalismo pode ser definido

¹ Epistemologia naturalizada foi um termo cunhado pelo filósofo norte-americano Willard Quine para indicar que o naturalismo, na condição de orientação epistêmica contemporânea, se tornou um modelo standard. De modo que esta orientação assumiu que toda e qualquer proposta científica deveria estar adequada à abordagem naturalista, tal qual os dispositivos utilizados pela ciência natural para validação da questão do conhecimento. Desse modo, o estatuto de cientificidade deveria estar baseado nos modelos naturalistas. Se toda ciência deveria se basear em um modelo epistêmico naturalista, isto indica que o parâmetro de cientificidade não reconheceria campos de investigação e objetos que não pudessem ser tratados do mesmo modo que a ciência natural procede com seus campos de pesquisas em relação aos objetos naturais. Na literatura de língua inglesa, inclusive, existe a distinção entre ‘hard Science’ e ‘soft Science’, donde se conclui que apenas o sentido de ‘hard Science’ estaria em conformidade com o modelo epistêmico naturalista. Edmund Husserl, por sua vez, procurava outro modelo epistêmico, que fosse distinto do naturalismo. A Fenomenologia reorienta a questão do conhecimento para outra base, independente do naturalismo, precisamente, por compreender que a Filosofia deveria constituir uma base epistêmica de cientificidade que fosse autônoma em relação à epistemologia naturalizada. A pretensão fenomenológica de Husserl indica que a Filosofia, entendida como Fenomenologia, seria o verdadeiro modelo de cientificidade para as outras disciplinas científicas particulares. Isto não indica que Husserl desconhecisse o modelo naturalista, mas sim que considerava que nem todo campo de investigação e objetos poderiam ser naturalizados.

como a tentativa de explicar todos os tipos de fenômenos, inclusive os de ordem interna, a partir de um estatuto comprometido com causas naturais, como se todo tipo de objeto pudesse ser tratado como objeto natural, o que remeteria à uma abordagem naturalista. A origem do conceito de experiência, no pensamento naturalista, guarda certa relação com o empirismo moderno. Isto porque ainda que a experiência empírica não possa ser significada como experiência científica, por lado, a origem histórica da afirmação da experiência, como base para a questão do conhecimento, tem fundamento nas doutrinas empiristas na Modernidade.

Para Husserl, Hume poderia ser considerado como um pensador que transformou a perspectiva filosófica do conhecimento a partir de sua crítica ao dogmatismo filosófico com respeito a uma compreensão metafísica do conhecimento². Assim como Hume, Husserl considerava que os dados da experiência sensível deveriam ser levados em consideração para elaboração da questão do conhecimento. Neste sentido, Husserl e Hume seriam adversários de uma visão dogmática com respeito à fundação do conhecimento, que ignora a função da experiência sensível, posto que tal posição epistêmica sem ter como conseguir afirmar a concretude do conhecimento a partir da experiência vívida, termina por não contribuir para uma elucidação sobre possibilidades do conhecimento. No caso, Husserl não era partidário da orientação racionalista dogmática que não levava em conta os dados vívidos na consciência como origem para o ato do conhecimento.

No entanto, segundo Husserl, a orientação de Hume, a favor da experiência sensível como posição epistêmica, exigia a elaboração de um aparato adequado para lidar com os dados da sensibilidade, o que seria importante para a constituição transcendental da teoria da subjetividade. Isto porque não bastava assegurar a necessidade de considerar a experiência sensível como critério para a evidência do conhecimento, mas sim que o radicalismo da experiência, como base do conhecimento, deveria dispor de certa validação objetiva para que a questão do conhecimento pudesse ser fundada a partir da experiência. A diferença entre Fenomenismo e Fenomenologia é da ordem da distinção entre uma experiência sensível e uma

² Hume denominou como ficção a pretensão do projeto racionalista no que concerne a fundação do conhecimento. O parecer de Hume, a este respeito, foi identificado por Kant como pedra de toque na tarefa de constituição de um caminho válido para a perspectiva do conhecimento. Em conformidade com as petições de Hume e de Kant, sobre a necessidade de a experiência sensível ser a base para qualquer constituição de uma experiência cognoscitiva, Husserl denominou que a tarefa fenomenológica deveria ser instaurar uma crítica do conhecimento que mostrasse as insuficiências das alegações racionalistas na tarefa de fundação do conhecimento. Inclusive Husserl denominou o projeto racionalista como dogmatismo filosófico. O exame crítico que Husserl faz em relação a Descartes, por exemplo, retoma esta linha de raciocínio, pois, Husserl entendia que Descartes acertou ao propor a ideia de Eu e de Método para dar início ao projeto moderno no sentido de fundação do conhecimento. No entanto, Husserl considerava que o fato de Descartes estar associado com concepções metafísico-teológicas, na elaboração do seu projeto filosófico, o teria impedido de vislumbrar o sentido de sua descoberta para a Teoria do Conhecimento.

experiência científica. Husserl considerava a tematização da experiência fenomenológica, na condição de necessária ao conhecimento filosófico, a partir dos vividos intencionais da consciência, ou seja, a caracterização da experiência fenomenológica indicaria aporte necessário ao desenvolvimento de um fundamento transcendental para as possibilidades lógicas do conhecimento.

O parecer de Hume assumiu uma caracterização cética sobre a possibilidade de validação universal do conhecimento em função de sua crítica à tradição racionalista. Desde Kant, a posição de Hume apontava para uma impossibilidade de se pensar a questão do conhecimento a partir da necessidade de um entendimento crítico. Se o sentido a priori do conhecimento não possuía legitimidade para Hume, isto indicava que inviabilizava um caminho possível para a validade objetiva do conhecimento a partir de suas condições de possibilidade enquanto base para constituição de uma teoria da subjetividade compatível a uma teoria da objetividade. Tanto Kant quanto Husserl parecem censurar Hume em relação a este ponto. O racionalismo crítico de base fenomenológica procura admitir a experiência sensível como um fator necessário para que a investigação do conhecimento não tenha de se comprometer com aspectos metafísicos. Por outro lado, ainda que este racionalismo crítico possa assimilar a intuição sensível como base real da questão do conhecimento, no entanto, enquanto proposta racionalista, não deixa de pretender estabelecer algum esquema conceitual-racional para a sensibilidade. O motivo da crítica do conhecimento à sensibilidade, em conformidade com o método fenomenológico, consiste na preocupação com a validade cognoscitiva da experiência. Desse modo, na questão do conhecimento, a experiência deve ser intersubjetiva.

Na Filosofia Primeira, Husserl procurou demonstrar que havia certa teleologia no desenvolvimento histórico da Filosofia. Segundo o entendimento de Husserl, a Fenomenologia poderia ser considerada como a consolidação científica própria do desenvolvimento histórico da Filosofia, no sentido do estabelecimento da autonomia do pensamento filosófico perante as teorias de razão, o que seria necessário para restituição da validade de sua cientificidade.

Para Husserl havia, na história das teorias de razão, um telos que precisava ser reconsiderado. Se a Filosofia sempre pretendeu ser um saber cujo desenvolvimento racional se orientava em um sentido fundamental, logo, era necessária uma exposição de princípios na discussão filosófica de tal modo que a questão do conhecimento estivesse em função de uma base epistêmica autônoma e independente. No período moderno, a controvérsia entre escolas de pensamento terminou por apresentar um prejuízo epistêmico para o fundamento filosófico, que não só foi infrutífero para o desenvolvimento do conhecimento filosófico, bem como não

permitiu que a Filosofia acompanhasse o parâmetro do desenvolvimento racional que culminou no pensamento científico daquele momento em diante. As controvérsias entre as escolas de pensamento filosófico contribuíram para que não fosse possível o estabelecimento de uma metodologia capaz de unificar as categorias do pensamento filosófico, racional e empírico, em uma mesma base epistêmica.

Hume e Husserl parecem enfatizar a necessidade de priorizar a sensibilidade como início para a fundação do conhecimento, ainda que Husserl seja mais radical em sua petição de princípio, por conta do sentido intencional atribuído à experiência cognoscitiva, o que infere um papel central para a sua teoria fenomenológica do sujeito. A crítica fenomenológica difere da crítica empirista no sentido de que enquanto Hume estava voltado para uma análise que mostrasse insuficiências na argumentação racional-metafísica, por sua vez, Husserl considerava que a questão do conhecimento deveria iniciar a partir da evidência do conhecimento. Em outros termos, a necessidade de validação do conhecimento a partir da experiência cognoscitiva, levou Husserl a buscar uma reformulação, para a teoria do sujeito, que não estivesse apoiada na sensibilidade empírica e nem tampouco no racionalismo cartesiano³.

³ A filosofia moderna admitiu que o conceito de Representação deveria ser a base da Teoria do Conhecimento. O problema é que estabelecer a base de qualquer conhecimento a partir da representação de um objeto, implica ter de lidar com o aspecto subjetivo dessa base em relação a um objeto. Nesse sentido subjetivista, uma pergunta do conhecimento mudaria de 'o que é tal objeto?' para 'como tal objeto te parece?'. Claro que os descaminhos filosóficos em relação ao desenvolvimento do conhecimento a partir do projeto moderno tematizado (em torno da noção de Representação) se tornaram enormes desafios históricos, que custaram muito à Filosofia. Sobretudo, por esta disciplina ter perdido o estatuto de ser "rainha das Ciências" no passado, para uma função de releu serviço do pensamento científico-natural no presente. De modo que a Filosofia, desde a crise epistêmica moderna, passou a não dispor de um estatuto de cientificidade próprio, ao menos, até o advento da Fenomenologia de Husserl. A fragilidade do argumento moderno em torno da Representação, consiste em seu referencial subjetivista originado no interior dos debates da filosofia moderna. Coube à Kant, a tarefa de se tornar primeira iniciativa de correção dos rumos do pensamento filosófico, a partir da base subjetivista em relação aos projetos modernos em torno do conceito de Representação para origem do conhecimento. Kant denominou como 'teatro de disputas infundáveis' a crise epistêmica da Modernidade. Kant conseguiu antecipar que a crise epistemológica moderna, demandava a tarefa de reordenar as teorias de razão em função da possibilidade de uma crítica da Razão. A existência do pensamento crítico, em Kant, tentou corrigir, historicamente, na Filosofia (campo próprio do pensamento), esse rumo enviesado do conceito de Representação. Por isso, Kant o primeiro pensador a se pronunciar a favor da crítica como modo de equilibrar as disputas entre as categorias do pensamento filosófico, visando oferecer à racionalidade o bom senso necessário para evitar excessos e prejuízos epistêmicos. Em termos fenomenológicos, não faz diferença se este subjetivismo moderno se origina na escola racionalista ou na escola empirista. Isto porque houve, na História da Filosofia, um questionamento radical dessa base subjetivista originada na Modernidade. Este questionamento apareceu no pensamento contemporâneo, a partir do episódio conhecido como crítica ao psicologismo. Frege e Husserl são os principais expoentes da crítica antipsicologista. Curiosamente, ambos matemáticos e filósofos, bem como críticos da naturalização e instrumentalização do ato de conhecer a partir da epistemologia naturalizada. Na Filosofia, tal questionamento antipsicologista, em relação à base subjetivista moderna, provocou, na Contemporaneidade, uma dissonância entre um tipo de Filosofia chamada continental e outro tipo chamada de analítica. A vertente continental é a base para as teorias das Humanidades. A vertente analítica é base para estudos filosóficos sobre a cientificidade naturalista. Antes dessa crise epistêmica, a Filosofia não era segmentada, pelo contrário, era sistêmica e apresentava uma visão universalista do processo de desenvolvimento racional. Os efeitos do ceticismo de Hume foram sentidos através dessa crise epistêmica nos projetos filosóficos da Modernidade, por conta das querelas provocadas em torno da origem do conhecimento. No final do sec. XIX, a consolidação metodológica do naturalismo, significou outra crise nos fundamentos da Filosofia

Segundo a orientação fenomenológica, o pensamento metafísico não poderia fundar a Teoria do Conhecimento, precisamente, por desconhecer a função da experiência para a evidência do conhecimento. Com o desenvolvimento do pensamento científico-natural, desde a Modernidade, a própria noção de experiência como critério para validação do conhecimento já estava em outra base epistêmica, o que configurava que se a Filosofia não conseguisse modelar uma abordagem própria para o sentido da experiência, isso indicaria sua própria destituição como disciplina de razão na medida em que ela não teria condições de acompanhar o próprio parâmetro epistêmico de cientificidade na Contemporaneidade.

No entanto, Husserl também considerou que o empirismo de Hume teria confundido a crítica ao racionalismo, como escola de pensamento, com a função da razão para a fundação de uma experiência cognoscitiva. Diferentemente de Kant que estabeleceu uma crítica da razão a partir da filosofia transcendental, Husserl pretendeu desenvolver uma crítica do conhecimento a partir da subjetividade transcendental. A posição husserliana a favor da crítica do conhecimento se refere ao processo de consolidação histórica da atitude de pensamento naturalista como modelo standard das investigações sobre a questão do conhecimento. Para Husserl, a questão do conhecimento se tratava de elaborar uma atitude de pensamento estritamente filosófica que tornasse possível a constituição do conhecimento a partir de um tratamento epistêmico preparado por um método estritamente filosófico. Contra Kant, Husserl afirmou que o pensador de Königsberg não entendeu o sentido de uma autêntica filosofia transcendental na medida em que o método fenomenológico permitiu duas inovações em relação ao modelo kantiano, a saber, a intencionalidade, que permitiu a apreensão dos dados da sensibilidade fosse feita por uma subjetividade não-empírica como base para o conhecimento, e uma lógica que pudesse instaurar condições para uma subjetividade transcendental. Comparado a Husserl, o modelo transcendental de Kant assumia sentido realista e empírico.

Husserl considerava que tanto Hume quanto Kant não conseguiram elaborar uma metodologia que conduzisse ao desenvolvimento do sentido de uma experiência cognoscitiva como experiência fundante do conhecimento, que pudesse oferecer condições à autonomia epistêmica da Filosofia.

Cumprasse assinalar que, de acordo com Husserl, a Fenomenologia assume a condição de transformar a Filosofia, a partir de uma crítica do conhecimento, em um modelo próprio de

na medida em que esta deixou de apresentar sistemas e passou a admitir o relativismo epistemológico, tal qual a influência das ciências particulares. Assim, a Filosofia assumiu um aparato instrumental do pensamento científico-natural posto que não previa mais função autônoma para a atividade filosófica perante outras ciências positivas. Ao menos, até o advento da Fenomenologia de Husserl.

cientificidade com base epistêmica autônoma em relação ao naturalismo. Nos termos de Husserl, a Filosofia deveria ser uma ciência de rigor (*strenge wissenschaft*).

A principal característica do método husserliano refere-se à apreensão de essências do objeto do conhecimento a partir da elucidação da fundação lógica do conhecimento, ou seja, a evidenciação da possibilidade do conhecimento em função da experiência da consciência intencional. Husserl valora a experiência sensível como elemento fundante da experiência cognoscitiva, ainda que estes dados vívidos tenham de ser depurados pela suspensão do juízo (*epoché*)⁴, para se determinar uma base transcendental. Husserl não assume o transcendental de Kant por considerá-lo limitado fenomenologicamente.

De acordo com o método de Husserl, a experiência sensível oferece condições tanto para a base epistêmica naturalista quanto a base fenomenológica. Isto porque a experiência sensível confere um sentido intuitivo ao ato de conhecer, de modo que confere à representação do objeto um conteúdo realista em função da sua relação espontânea com o mundo externo. Com respeito ao sentido filosófico da experiência cognoscitiva, Husserl entende que esta deve ser de ordem reflexiva, por este motivo, a sensibilidade precisaria ser depurada de seus elementos realistas para ser tratada como dado em uma vivência intencional da consciência, o que seria possível a partir do procedimento da redução fenomenológica como etapa metódica relacionada ao tratamento dos dados empíricos. Estes não estão contidos na consciência intencional como experiências de uma subjetividade empírica, em sentido realista, mas são apresentados segundo um modo de ser intencional. O que aparece fenomenicamente à consciência, aparece segundo um modo reduzido de verificar a objetualidade enquanto experiência transcendental da consciência intencional.

Tanto que uma diferença entre Kant e Husserl, em termos fenomenológicos, é que o conceito de fenômeno para Kant assume um caráter real. Portanto, em Kant, a representação objetual ingressa na consciência a partir de seu sentido irrefletido, enquanto conteúdo real de

⁴ O procedimento da suspensão de juízo, denominado pelo termo *epoché*, pode ser tematizado como uma caracterização cética. A finalidade desta função cética de ‘colocar algo entre parênteses’ indica certa problematização de uma afirmação ou argumento, o que revela o propósito de um exame mais detido, cauteloso, sobre uma análise que conduza à asserção do conhecimento. Em relação à escola cética na Antiguidade, ela dirigia à suspensão de juízo como um estilo de pensar que não concedia validade à discussão sobre a verdade. Descartes, por sua vez, adotou a suspensão de juízo como procedimento para impedir que os dados da experiência sensível pudessem ser considerados a partir do requerimento de uma ‘*perceptio clara et distincta*’. De outro modo, Husserl considerou que era necessário atualizar o requerimento cartesiano em relação à *epoché*. Para Husserl, o procedimento de suspensão visava constituir a base epistêmica do pensamento filosófico, não para validar o ceticismo com respeito à experiência sensível (tal como fizera Descartes). Mas sim que a *epoché* husserliana fosse tematizada como uma noção operacional dentro do método fenomenológico, ou seja, com a suspensão de juízo, Husserl conseguiu estabelecer que os dados da experiência sensível pudessem ser depurados para ser tratados a partir de certo limite metódico no sentido de criar um critério verificacional para o tipo de experiência que pudesse ser significada como cognoscitiva segundo a abordagem fenomenológica.

uma experiência sensível. Para Husserl, o objeto do conhecimento não possui um estatuto real, precisamente, porque a subjetividade transcendental, que pensa esta objetualidade em sentido fenomenológico, não possui base empírica porque, para Husserl, a representação do objeto, para estar dada à consciência reflexiva, está depurada de seus aspectos naturais, sensíveis. Assim sendo, a representação do conhecimento deve admitir apenas o que é evidente no dado do conhecimento de tal modo que não haja pressupostos em relação a esta representação do conhecimento, para que a experiência cognoscitiva possa ser uma vivência intencional desta consciência fenomenológica.

Em relação ao naturalismo, Husserl entende que a experiência sensível não conduz à uma compreensão originária e filosófica da questão do conhecimento. E ainda guarda suposições sobre a afirmação realista do conhecimento, admitindo pressupostos que não estão dados à consciência, o que se configura como prejuízo para a fundamentação filosófica do conhecimento. Desse modo, Husserl considera que porque a Filosofia não conseguiu atingir, historicamente, a condição de ser a ciência fundante do conhecimento na medida em que esteve presa a dicotomias, dualismos metafísicos, que, ao invés de integrar o conhecimento filosófico em uma mesma base epistêmica, contribuíram para dificultar um parâmetro de cientificidade para o saber filosófico. Isto somente se tornou possível a partir do momento em que o aparecimento do método fenomenológico reorientou o saber filosófico para certo distanciamento da Matemática e da Ciência Natural como metodologias bem-sucedidas epistemologicamente. Para Husserl, a controvérsia entre racionalismo e empirismo conduziu, necessariamente, à uma base subjetivista, e, com ela, a possibilidade da fundação do conhecimento não estar livre do solipsismo. Nos termos de Husserl, a questão moderna sobre a base subjetivista, originada na Teoria do Conhecimento, é denominada como psicologismo. Por sua vez, o psicologismo se apresentou como uma tematização problemática do conhecimento posto que reduzia a validade do conhecimento aos aspectos subjetivos. A superação do psicologismo, de acordo com o método fenomenológico, torna-se necessária não somente em função do reconhecimento de uma esfera ideal da objetividade, na condição de independente da sensibilidade, mas principalmente porque a Fenomenologia pretende ser o método filosófico que estabelece a fundação objetiva para o conhecimento válido em geral. O psicologismo, enquanto doutrina, torna possível a redução da objetividade, da relação de conhecimento, aos aspectos subjetivos, tanto no sentido racionalista quanto no empirista.

A virada linguística desloca, no século XIX, o problema do conhecimento da mente para a linguagem. Com isto, ocorre um esvaziamento da questão do conhecimento do ponto de vista

da teoria moderna do conhecimento. Isto porque, durante a Modernidade, o pensamento natural se dissociou do pensamento filosófico na medida em que este se orientava por razões metafísicas e de base subjetivista. Esta foi a crise filosófica no que se refere ao fundamento. No entanto, a diferença em relação ao projeto moderno da Teoria do Conhecimento é que as escolas de pensamento estavam questionando a origem do conhecimento para um sujeito, logo, se tratava de saber como as representações se originavam na mente do sujeito do conhecimento. A questão moderna do conhecimento buscava compreender a origem da representação subjetiva do conhecimento. Na contemporaneidade, com o pensamento naturalista consolidado como abordagem, a querela moderna sobre a discussão filosófica a respeito da Representação, na Teoria do Conhecimento, não fazia mais sentido. Esta discussão se mostrava como ultrapassada em termos anacrônicos, precisamente, porque em conformidade com o parâmetro naturalista não se admitia mais um tipo de saber que fosse especulativo posto que desenvolvimento científico adotava a validação experimental para indicar que uma teoria de razão válida deveria assumir um caráter positivo.

Neste sentido, segundo a orientação fenomenológica, tanto faz se uma tal origem estava baseada em uma compreensão inata ou associativa da representação do conhecimento. Desse modo, Husserl considera que a tese psicologista, resultante do debate moderno das teorias representacionistas do conhecimento, tem como pressuposto a tradição metafísica, que ao apoiar-se na ideia da representação subjetiva do objeto, permitiu a existência de disputas envolvendo o dualismo entre sujeito e objeto, que teve como consequência, o aparecimento do ceticismo, precisamente por conta da ausência de um rigoroso fundamento filosófico para a questão do conhecimento. Ao contrário de outras abordagens racionalistas que simplesmente tematizam a característica lógica no sentido de uma apofântica formal, a perspectiva fenomenológica, conquanto faça uma crítica a certa concepção do sujeito, longe de dispensar a subjetividade, torna a reformulação desta noção como algo fundamental para esta nova abordagem da teoria do conhecimento. Nos termos de Husserl, por lógica apofântica formal se entende os procedimentos lógicos formais relacionados à instrumentalização do pensamento lógico para atender questões de conhecimento abordadas em uma tematização naturalista. Ao passo que, do ponto de vista do método husserliano, a lógica deveria ser necessariamente transcendental, ou seja, o pensamento fenomenológico deveria constituir, de modo transcendental, o ato de conhecer em um sentido reflexivo em função da experiência cognoscitiva.

O lema fenomenológico pode ser expresso por meio da exortação husserliana sobre *‘voltar às coisas mesmas’*, que indica o caminho através do qual se inicia o saber fenomenológico. O sentido do voltar às coisas mesmas apresenta a Fenomenologia como um saber realista. As noções de realismo e idealismo, atribuídas à filosofia husserliana possuem significados específicos. Imanência e Transcendência são noções do vocabulário filosófico que receberam significações específicas a partir do método fenomenológico. De acordo com este método, imanência pode ser classificada em dois sentidos, a saber, imanência tanto pode se referir ao sentido interno de um conteúdo de representação sensível, o que denota uma imanência empírica, quanto também o termo imanência da consciência, utilizado por Husserl, pode indicar o correlato intencional, imanente à consciência como vivência intencional. Do mesmo modo, o termo transcendência pode indicar tanto um aspecto que seja transcendente em sentido externo ao eu empírico, tal como a realidade materialmente dada, quanto infere o sentido de uma transcendência ao ato intencional de conhecer, o que não permite que a experiência cognoscitiva seja efetuada a partir da evidência do conhecimento.

Realismo como doutrina da Filosofia da Ciência, infere uma crença epistêmica baseada na asserção de que a realidade material existe e pode ser conhecida. Husserl admite a realidade externa como ponto de partida para a investigação acerca do conhecimento. No entanto, atribui a realidade material e seus objetos externos como pertencentes ao campo de investigações sobre o pensamento natural. Do ponto de vista fenomenológico, não há como admitir aquela crença epistêmica realista, pois, a admissão de uma realidade exterior, independente dos atos intencionais da consciência, indicam processo de naturalização do pensamento, o que, para Husserl, significa uma metabasis (passagem a um outro nível de abordagem). Husserl reivindica, para a experiência cognoscitiva, a evidência com que uma objetualidade aparece à consciência intencional. Em outros termos, o desenvolvimento da experiência cognoscitiva da consciência intencional, em sentido fenomenológico, não considera apenas a crença epistêmica na existência independente do objeto natural em sentido físico. Tampouco, na abordagem fenomenológica, se admite que a fundação do conhecimento dependa de sua representação psicológica. Tanto no sentido fisicalista quanto no psicologista, a prevalência da atitude natural não desenvolve o saber filosófico enquanto atitude fenomenológica. Isto porque a intencionalidade opera o modo de ser adequado da vivência da consciência através do qual a experiência cognoscitiva é fundada sobre a representação sensível, apreendendo a objetualidade

em sentido ideal. Este sentido ideal é o sentido lógico, por excelência, que funda a objetividade do conhecer como vivência da consciência intencional⁵.

De fato, Husserl não recusa o realismo naturalista ao qual o empirismo encontra-se ligado, mas seu método fenomenológico procura atingir o realismo lógico, ou seja, admite-se que o sujeito do conhecimento é portador das ideias, mas que estas sim mantêm independência tanto em relação ao mundo interno quanto ao mundo externo. Isto porque as idealidades são as formas puras denominadas como essências. A Fenomenologia é uma ciência de essências.

Segundo Husserl a função metodológica que origina a constituição do conhecimento, deve estar orientada a partir da intuição. Para o método fenomenológico a noção de intuição pode admitir duas acepções, a saber, sensível, quando se referir à receptividade relacionada a um ato de conhecer espontâneo, e categorial, quando se referir à tematização do sentido intencional estabelecido como depuração de uma representação sensível. Assim, o método husserliano será intuitivo em todas as suas etapas na constituição filosófica do conhecimento. A intuição sensível se refere ao sentido psicológico, e a intuição categorial indica a contribuição fenomenológica à questão do conhecimento. Como esta proposta se desenvolve a partir de certa relação entre as filosofias de Husserl e de Hume, importa considerar que a intuição é o elo mais forte que aproxima estes dois pensadores. Contudo, neste momento, torna-se importante assinalar que a intuição é pensada em função de um aspecto subjetivo, que é a representação sensível, porque origina as experiências sensíveis a partir da referência a algo externo recebido de modo passivo por nossas mentes. Neste sentido, a intuição sensível é tematizada de modo psicológico como percepção das coisas externas em relação ao Eu. Em termos husserlianos, a intuição sensível forma representações empíricas ou psicológicas que servem como material para a tematização fenomenológica que busca orientar o ato de conhecer em função das evidências do conhecimento.

Ao inviabilizar àquela metafísica racionalista da Modernidade, Hume colocou em questão a possibilidade do ato do conhecimento dispor de um fundamento seguro e independente da experiência. Isto quer dizer que a crítica contundente de Hume aos argumentos metafísicos do racionalismo propiciou a dúvida acerca da validade objetiva do conhecimento

⁵ No artigo 'A dissolução da Ideia de Lógica', Róbson Ramos dos Reis afirma: "A intencionalidade diz respeito à estrutura referencial da forma em relação ao material, que é precisamente o fundamento sobre o qual a reflexão filosófica deve incidir...não está em questão uma naturalização psicologista das formas lógicas, mas sim o exame das condições nas quais as próprias formas lógicas podem ser reconhecidas. Segundo o princípio fenomenológico da imanência, está em questão a conceitualização da intencionalidade dirigida não mais para o objeto, mas para o objeto em conformidade com a forma lógica ou, então, a intencionalidade referida às próprias formas lógicas" (2003, p. 430).

tanto no sentido fisicalista quanto em relação aos objetos ideais. A solução filosófica de Kant pretende ser uma primeira tentativa de resposta a Hume, ou seja, de que a perspectiva imanentista no sentido fenomênico-material advindo da experiência empírica se configurou como a única possibilidade cognitiva. Assim a alternativa de Kant se volta para as condições da experiência possível que garantiriam a necessidade e universalidade imprescindíveis ao conhecimento objetivo. Para Husserl, a intuição sensível continua sendo uma das categorias para se pensar o Real, mas não a única e muito menos aquela que justifica o conhecimento válido em geral.

Enquanto o empirismo apresenta uma tendência cética acerca da possibilidade da razão ideal, a fenomenologia husserliana, por sua vez, não restringe o conhecimento às representações sensíveis, nem considera que o resultado do objetivismo naturalista, apoiado na matematização dos aspectos materiais do mundo, possa se caracterizar como modelo standard para validação do conhecimento em geral.

Mas se o objeto da então denominada Filosofia Primeira, em sentido metafísico dogmático, é o Absoluto, ou incondicionado *a priori*, como é possível pensar sobre a validade objetiva do conhecimento a partir da subjetividade?

Em conformidade com a orientação da perspectiva racionalista ocidental - cujo projeto originou a metafísica e posteriormente a ciência objetiva – o conhecimento não pode estar fundado na intuição, mas torna importante que esta seja depurada do sentido empírico. Assim sendo, a intuição foi relegada a um papel inferior no quesito de ser base para formar o ato de conhecer porque é associada aos sentidos e possui a característica de formar representações acerca dos aspectos do mundo. Husserl não abandona a experiência como formadora do conhecimento, no entanto, estabelece uma distinção entre experiência empírica e experiência fenomenológica, pois, enquanto a primeira se apoia nos dados sensíveis originados pela representação subjetiva do objeto, por sua vez, a segunda experiência pretende tornar a experiência do conhecimento como radical na medida em que ela é tematizada como evidência do conhecimento. Assim, a Fenomenologia é uma filosofia do conhecimento que visa a experiência em função de uma abordagem rigorosamente filosófica.

A crítica de Husserl a Hume não se estabelece como a censura de um racionalista contra um empirista. Husserl pretende que a aceitação do critério da experiência seja radical, pois, deve necessariamente fundar a possibilidade de uma ciência autenticamente filosófica. Para Husserl, a petição de princípio que norteia a experiência como fundamento epistêmico que contribui para validação do conhecimento, o que não pode ser pressuposto tal como acontece

na perspectiva naturalista, mas a constituição transcendental do ato de conhecer deve ser analisada rigorosamente para explicitar a estrutura essencial da experiência válida em geral, ou seja, aquela que revela as possibilidades do conhecimento a partir da fundação dos dados cognoscitivos.

Segundo Husserl, ainda que Hume tenha compreendido o princípio da experiência, no entanto, sua filosofia não apreende as essências tal como elas se dão à intuição. Na filosofia de Hume existe a tendência de naturalização da consciência através da qual entende-se que a atividade da consciência representa um fato da experiência. Neste sentido, os conceitos empíricos originam indutivamente a característica também empírica de um princípio como a associação habitual das ideias, o que torna inconcebível a existência dos princípios necessários e universais. A questão, para Husserl, é que essas leis psicológicas enunciadas por Hume só podem ser atribuídas a uma validade relativa e jamais se estenderiam ao propósito de explicitar a razão fenomenológica contida na subjetividade empírica.

A fenomenologia husserliana pretende estabelecer que a intuição é a origem para o ato de conhecer, mas, ao mesmo tempo, propõe que o conhecimento não pode estar fundado em uma concepção subjetivista. Por subjetivismo, se entende qualquer doutrina que defenda que a apreensão dos pensamentos seja um problema psicológico.

Se os pensamentos, por definição⁶, referem-se propriamente à indagação sobre a expressão que melhor se ajusta à objetividade, obviamente, o problema da apreensão dos pensamentos pela consciência, refere-se à uma exigência de ordem lógica. Ainda que, o conceito husserliano de fenômeno envolva a relação com um sujeito, contudo, não se trata de uma investigação acerca do objeto contido internamente na consciência. Como já foi explicado, as formas transcendentais implicam a atitude natural de pensamento. No sentido fenomenológico, a reflexividade proposta pela experiência cognoscitiva se orienta pela atitude filosófica de pensamento, enquanto abordagem fenomenológica.

A proposta aqui esboçada em torno da intencionalidade, em sentido husserliano, não remete a nenhum aspecto relacionado as imagens sensíveis formadas com base na atividade psíquica, nem se refere aos objetos privados da mente e, principalmente, não pretende propor nada em termos do que se entende por estados mentais na literatura de Filosofia da Mente. A intencionalidade da consciência fenomenológica não permite que as objetividades lógico-ideais

⁶ Em *Der Gedanke. Eine logische Untersuchungen*, a noção de pensamento é analisada por Frege: “...chamo pensamento a algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade. Conto entre os pensamentos tanto o que é falso, quanto o que é verdadeiro;...posso reconhecer que um pensamento é independente de mim, e que outros seres humanos poderão apreendê-lo tanto quanto eu...” (2002, pp. 14-15).

dependam, em algum aspecto, da atividade psíquica do sujeito⁷. Para tanto, a intencionalidade fenomenológica não precisa recorrer aos jogos de linguagem, ou aos esquematismos das faculdades da razão.

A consciência *intencional* cumpre a função cognoscitiva de ser responsável pela apreensão dos pensamentos, sobretudo, porque as análises de sua atividade, explicitam, para o sujeito do conhecimento, a origem do ser-objeto⁸. O subjetivismo a que Husserl pretendia se opor, nos Prolegômenos à Lógica Pura das *Investigações Lógicas*, é o subjetivismo do positivismo psicológico, que predominava nessa época (denominado psicologismo), que anexava à psicologia toda a filosofia e toda a teoria do conhecimento, interpretando as leis ideais do pensamento a nível das atividades psíquicas, para finalmente reduzir todo o processo do ato consciente aos elementos sensoriais associados à percepção.

Ter consciência era para o psicologismo o resultado da associação de conteúdos de consciência, todos reduzíveis à sua base orgânica, de modo que, tal concepção tratava o objeto a partir de uma gênese psicofísica.

Se a consciência é, para Husserl, uma orientação para ‘*as coisas mesmas*’, isto não indica que o início do saber filosófico em geral deve partir de uma certeza subjetiva, mas que a condição de possibilidade para experienciar a relação de conhecimento com um objeto, é determinada por um a priori formal que é reencontrado pela consciência, e não retido nela. Desse modo, a visada de um ato intencional não é um processo real para o entendimento.

A experiência cognoscitiva da consciência é consciência de um objeto, e isto quer dizer que a consciência é abertura para os objetos, ou para relações cognitivas com objetualidades. Todo objeto é, por sua vez, dado a conhecer-se segundo um modo de ser objetivado nessa

⁷ Carlos Alberto Ribeiro de Moura, em ‘Cartesianismo e Fenomenologia’: “O reconhecimento dos ‘aspectos subjetivos’ do objeto não representa qualquer achado empírico, mas exprime ao contrário, uma necessidade de essência, e de forma alguma restrita à percepção da ‘coisa espacial’, como ele faz questão de frisar. Da mesma maneira, este ‘subjetivo’ não designará imperiosamente qualquer região nebulosa e por princípio incomunicável. Ao contrário, o que o crítico de linhagem wittgensteiniana deve reconhecer é que simplesmente ao falar ele já se situa naquilo que é o ‘subjetivo’ husserliano, que pelo próprio fato de usarmos uma linguagem, nós já nos condenamos a viver no ‘elemento do subjetivo’ tal como a fenomenologia o delimita. O que só pode surpreender a quem parte de uma oposição abrupta entre ‘filosofia da consciência’ e ‘filosofia da linguagem’, que além de ser inteiramente anacrônica quando aplicada à fenomenologia frequentemente parece reduzir todas as questões filosóficas a uma magra querela sobre ‘paradigmas’. Se o ‘subjetivo’ deve ser reconhecido e não esquecido, é porque ele responde a uma exigência comum que surge quando se analisa, seja a relação entre palavras e as coisas, seja a relação entre consciência e objeto. E, na verdade, foi na análise husserliana da linguagem que surgiu a necessidade de se dar um lugar a este ‘subjetivo’ inédito. Não foi apenas a noção de *Sinnebung* que Husserl descobriu ao analisar a apreensão do signo enquanto signo, ali nos *Psychologische Studien zur elementaren Logik* de 1894. Ele indicará com precisão que a sua compreensão do ‘subjetivo’ também se originou na análise do modo de funcionamento da linguagem. O ‘subjetivo’ é o outro nome da noção de ‘significação’ ”. (1998, p. 205).

experiência cognoscitiva. Husserl entende que a razão é um conhecimento intuitivo, por isso, todo conhecimento deve começar com uma percepção.

A Fenomenologia concebe a experiência consciente como análise descritiva do ato intencional que se dirige ao objeto, e estabelece o sentido reflexivo do pensar filosófico através da inteligibilidade disposta nos modos de doação das coisas. Apesar de não suprimir o recurso aos conteúdos de consciência (entendidos no sentido empirista dos conteúdos sensoriais), a noção de intencionalidade estabelece que esses conteúdos servem de ‘materiais’ que ajudam a construir os atos.

Se o critério fenomenológico admite que o início de sua investigação seja a intuição, contudo, este procedimento é tributário da concepção de que o conhecimento não possui início em abstrações, tal como uma consciência fechada em si mesma⁸. A noção de intencionalidade, a partir da reapropriação husserliana, perde seu caráter psicológico, porque deve ser compreendida como modo de relação da consciência com um objeto. A intencionalidade trata de uma abertura cognoscitiva ‘para’ algo diferente da própria consciência e não de um fechamento egológico ‘em si’.

A intencionalidade é apresentada como abertura para os fenômenos em um sentido realista em relação à manifestação das coisas. A fenomenologia reconhece a realidade das coisas que aparecem, e com isto reivindica um sentido público para o pensamento, pois, funda os atos cognoscitivos na descrição do que aparece nos modos intencionais de a consciência objetivar o ente. O que aparece não deve ser tomado como pertencente ao mundo interno, solipsista, ou privado. O que aparece é a apresentação da verdade sobre a coisa mesma. Não há algo oculto, ou melhor, enigmático no modo de apresentação do fenômeno. Em Husserl, a apresentação não esconde um sentido oculto, limitado racionalmente (tal como o *noumen*, para Kant).

As coisas aparecem porque são reais. E isto refere-se à ontologia e não aos assuntos psicológicos. Assim, o modo como as coisas aparecem, é parte do ser das coisas. Se as coisas podem ser objetivadas de modos distintos, isto se deve a que cada região do ser, tem um modo de tornar-se objeto para um sujeito. Cada ato intencional passa a efetuar a respectiva experiência mediante o modo de apresentação do seu objeto correlato.

⁸ Tal como afirmou o padre Hermann Leo Van Breda, em seu artigo ‘La reducción fenomenológica’: “Tanto por sua filosofia da intencionalidade como por sua filosofia da redução, Husserl proporciona um ponto de partida válido para uma reflexão fecunda sobre o ser, para uma metafísica a ser feita (ou por fazer). Esta nova metafísica levará em conta, por um lado, o sujeito enquanto abertura para, por outro lado, o objeto enquanto revelado a, e tentará compreender a relação com, como dado fundamental” (1968, p. 278).

A fundação fenomenológica da objetividade indica que o critério da relação de conhecimento deve levar em conta a intuição como abertura para a experiência cognoscitiva. Porém, esta fundação não se refere ao aspecto real da representação mental, mas ao objeto intencional fundado sobre o objeto real. Por esta razão, não cabe mencionar nada em termos de uma suposta dualidade em relação ao objeto, e isto porque o objeto intencional é o mesmo ente que se apresenta em um modo de doação a ser conhecido judicativamente.

Assim sendo, ao efetuarmos juízos sobre as coisas ou relações entre estas, estamos enunciando a apresentação de ‘partes’ do mundo e não organizando conceitos ou ideias em nossas mentes. Desse modo, a intencionalidade conecta aos aspectos reais da coisa que aparece com as propriedades ideais do ser-objeto determinado, tornando desnecessário estabelecer uma justificativa cognoscitiva a partir da distinção entre ambos, tal como na designação moderna entre ‘interno’ e ‘externo’.

O que é dado a ser conhecido, não seria objeto de conhecimento, se não fosse experienciado em um determinado modo intencional. De acordo com Schérer (Scherer, 1969), a crítica husserliana faz menção à “inexistência intencional”, utilizada por Brentano para classificar a distinção entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos. Diferentemente de Brentano, que não conseguiu superar o psicologismo em sua tematização, Husserl retoma aquela classificação brentaniana para admitir que a *intentio* se refere a um objeto que não pode estar contido na consciência, isto é, a função intencional estabelecida por Husserl indica que o que se faz presente na consciência é a vivência intencional ou a intenção de preenchimento de uma significação, ou ainda, uma percepção dirigida a algo. A ‘inexistência intencional’ é um termo originário do pensamento medieval. Ele se refere ao conteúdo de uma representação que não possui objeto. Neste sentido, a inexistência intencional é uma noção que não pode ser abordada a partir de uma consideração que envolva a intuição empírica.

O critério da relação intencional, para Husserl, é uma específica distinção entre essência e existência⁹, portanto, a descrição daquilo que é puramente intencional não altera nenhum aspecto relacionado a existência ou não do objeto fora da relação apreendida pela consciência, porque não pretende tomar nenhuma guinada epistemológica a partir das pressuposições, sejam estas teóricas ou práticas. O objetivo da investigação fenomenológica é saber como são possíveis os atos da consciência na relação com seus modos de tornar presente uma essência.

⁹ Na introdução das *Ideias*, Husserl afirma: “Em contraste com isto [a situação da psicologia como uma ciência de fatos e de experiências com conteúdo real], aqui se fundará a fenomenologia pura ou transcendental não como uma ciência de fatos, mas como uma ciência de essências (como uma ciência eidética); como uma ciência que quer chegar exclusivamente a ‘conhecimentos essenciais’ e não fixar, em absoluto, ‘fatos’”. (1962, p. 10)

Quando falamos de percepção, em Fenomenologia, devemos entender que esta se relaciona a uma cadeia sintética de referências que não estão ligadas ao processo psíquico ou às coisas entendidas a partir da realidade objetiva (*dinge*), mas à experiência daquilo que captamos em uma relação cognoscitiva, ou seja, a experiência do ato intencional é determinada pela apreensão de sentido. A ideia é que no campo da “consciência intencional” não se deve pressupor nenhum elemento em relação ao que se apreende no ato perceptivo, isto porque a constituição cognoscitiva a partir da evidência do dado intencional não tem nada de certeza ou qualquer outro estado anímico.

Assim, se a intencionalidade é propriedade da consciência, isto é, se um ato perceptivo, ao visar ou dirigir-se ao percebido, pretende apreendê-lo como seu modo próprio de ser objeto para a consciência, então, o ato do conhecimento é um desvelamento do modo específico de ser, a partir do qual um modo de apresentação do objeto é intuído na forma de uma idealidade. Portanto, a fenomenologia tem como seu fundamento a evidência do conhecimento que não pode ser pressuposta em nenhuma das suas partes constitutivas, de tal modo que sobre o dado cognoscitivo não esteja pairando alguma relação enigmática.

As teorias modernas do conhecimento se debatiam em dificuldades acerca do problema sobre as relações entre o Sensível e o Entendimento, ou, nos termos de Husserl, as relações fenomenológicas devem significar Experiência e Juízo. A possibilidade de um acordo entre intuição e conceito se origina, para Husserl, da análise das evidências correlativas. Significa que a evidência deve ser fundada. Para tanto, o Sensível e o Entendimento não se encontram separados, pois, a evidência categorial está sempre ‘fundada’ sobre a evidência sensível. O conceito de ‘fundação’ evita a confusão entre os domínios. Não se trata de derivar o Inteligível do Sensível, mas que, em termos fenomenológicos, a intencionalidade cumpre a função de estabelecer relação entre domínios, pois, nesse sentido, o Inteligível se engendra sobre o plano sensível, sem reduzir-se a ele.

Logo, de acordo com Husserl, o que aparece como objeto da percepção sensível não é concebido como aparência de uma coisa em si, isto é, como se houvesse algo escondido atrás das aparências, tal como numa perspectiva kantiana, mas é o próprio objeto em ‘carne-e-osso’ na sua corporeidade¹⁰. Parece que a filosofia crítica de Kant trata o título ‘fenomenologia’ em

¹⁰ O adjetivo *leibhaft* tem vinculação com o substantivo *Leib* (corpo orgânico) e se usa especialmente para indicar a presença *in corpore*, ‘em pessoa’, ou como se diz em carne-e-osso. Desse modo, Husserl pretende destacar o caráter da presença do percebido (e assim, com o mesmo critério, pode-se pensar o substantivo *Leibhaftigkeit* como presencialidade).

um domínio duplamente limitado, pois, não apenas ao que há de intuição sensível na objetividade, mas é igualmente limitado em relação ao limite dessa experiência possível.

Em Kant, o que aparece pode ser considerado como um dado da sensibilidade, de modo que esta atua decisivamente na formação do conhecimento, como receptividade da representação do objeto, isto é, sem a intuição sensível, não há ‘matéria’ para o conhecer, pois, nenhum objeto nos seria dado¹¹. Ainda que Husserl conferisse importância à intuição sensível, contudo, sua censura a Kant se deve ao fato de que este não teria percebido que o dado cognoscitivo não tem o caráter de uma experiência possível. O problema é que as sínteses kantianas, formadas a partir da intuição sensível, não depuram o caráter real do objeto.

Para Husserl, Kant não tematiza a Lógica Pura, e por esta mesma razão, não entende que a experiência cognoscitiva é de outra ordem. Assim sendo, o dado cognoscitivo da vivência intencional da consciência, na fenomenologia husserliana, só pode alcançar objetividade, se for fundado a partir da tematização do objeto reduzido na imanência da consciência, que aparece em seu modo de apresentação em uma vivência intencional.

Se, em Kant, o fenômeno é o objeto de uma experiência possível, isto quer dizer que as formas puras de espaço e tempo, na condição de determinarem o acesso ao fenômeno, estão referidas à realidade do objeto, logo, a justificativa do conhecimento ainda não está fundada na lógica. A censura de Husserl a Kant se deve precisamente ao fato deste não ter reconhecido um autêntico conceito de *a priori*, sobretudo porque Kant não pôde conceber a função do entendimento a partir da *intencionalidade*.

A investigação fenomenológica, ao procurar determinar como pode ser efetuada uma fundação cognoscitiva, termina por indicar o caminho de uma gênese da lógica. Isto quer dizer que, de acordo com Husserl, a determinação predicativa atua, precisamente, neste dado originário a ser conhecido, que é antepredicativo.

A teoria transcendental do juízo é a experiência antepredicativa, na medida em que não pode colocar a pergunta sobre a verdade ou falso em relação ao dado cognoscitivo, e isto

¹¹ Na segunda parte da *Kritik der Reinen Vernunft*, intitulada Lógica Transcendental, Kant afirma no §1: “O nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é-nos dado um objeto; pela segunda é pensado em relação com aquela representação (como simples determinação do espírito). Intuição e conceitos constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição que de qualquer modo lhes corresponda, nem uma intuição sem conceitos podem dar um conhecimento. Ambos estes elementos são puros ou empíricos. Empíricos, quando a sensação (que pressupõe a presença real do objeto) está neles contida; puros, quando nenhuma sensação se mistura à representação. A sensação pode chamar-se matéria do conhecimento sensível. Daí que a intuição pura I contenha unicamente a forma sob a qual algo é intuído e o conceito puro somente a forma do pensamento de um objeto em geral. Apenas as intuições ou os conceitos puros são possíveis a priori, os empíricos só a posteriori” (1989, pág. 114).

precisamente porque este é fundado. Por esta razão, sem o dado não é possível sequer enunciar a verdade.

Para finalizar, cabe dizer que em conformidade com o fundamento fenomenológico admite que pensamentos e coisas possam ser objetos, mas não conteúdos de consciência. O objeto exterior não ingressa na consciência em sua realidade fisicamente dada, mas em seu correlato subjetivo e, em consequência, somente através da mediação com o reino da objetividade ideal é possível ter acesso a ele.

A negação da esfera ideal não somente reduz o ser objeto ao real (seja este dado subjetivo ou objetivamente), mas também torna impossível a mediação entre estes. A redução dos objetos possíveis aos objetos reais terminaria por conduzir ao solipsismo. Por esta razão, Husserl entendeu que a intencionalidade deveria ser sustentada por outra teoria da subjetividade que fosse válida a partir da explicitação fenomenológica. Husserl pretende que a subjetividade transcendental seja a teoria do sujeito válida para o terceiro reino das objetividades ideais. A conclusão da crítica de Husserl em relação à Teoria do Conhecimento infere que se torna necessário adequar o conhecimento segundo uma classificação da função filosófica entre os saberes. Se o motivo que levou Kant a afirmar que a situação da Teoria do Conhecimento significava um escândalo, pois, a tarefa de equacionar os problemas advindos das escolas filosóficas de sua época, remetia à pergunta sobre a objetividade do conhecimento, o que demandava uma teoria sobre a validação objetiva da representação do conhecimento, por sua vez, Husserl considerou que os problemas da Teoria do Conhecimento só poderiam ser resolvidos se houvesse um modo estritamente filosófico de fundar o conhecimento. Para o método fenomenológico, a objetividade, com respeito à realidade do mundo, permanece intacta porque não pode ser considerada em uma abordagem da ciência rigorosa que a Fenomenologia pretende ser.

O conhecimento da realidade objetiva do mundo, bem como seus significados naturais são independentes do modelo de cientificidade da Filosofia. Se por um lado, o empirismo tornou possível a compreensão fenomenológica do problema que envolve a constituição transcendental do mundo a partir da experiência sensível, que é base para a experiência intencional da subjetividade transcendental, de outro modo, Husserl afirma que Hume não teria percebido a necessidade de um saber que ultrapassasse o subjetivismo, e Kant não teria percebido a necessidade de que a fundação adequada do objeto do conhecimento deveria requisitar a constituição fenomenológica como ciência filosófica, o que permitiria ao modelo

kantiano um melhor entendimento fenomênico e não postular o sentido em si com respeito ao *noumen*.

Referências bibliográficas

- FREGE, G. O Pensamento. Uma Investigação Lógica. *Investigações Lógicas*. Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- HUSSERL, E. *Filosofia Primera* (1923-1924). Tradução para o espanhol de Rosa Helena Santos de Ilhau. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1998.
- _____. *Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica*. Tradução para o espanhol de José Gaos. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1962.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela P. Santos e Alexandre Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.
- MOURA, C. A. R. de Cartesianismo e fenomenologia: exame de paternidade. *Analytica*. Volume 3, número 1, 1998.
- REIS, R. R. A dissolução da idéia de lógica. *Natureza humana*, Volume 5, número 2, 2003.
- SCHERER, R. *La Fenomenología de las 'Investigaciones Lógicas' de Husserl*. Tradução para o espanhol de Jesús Díaz. Madrid: Editorial Gredos, 1969.
- VAN BREDA, R.P.H.L. La reducción fenomenológica. *Husserl - Cahiers de Royaumont*. Tradução para o espanhol de Amalia Podetti. Buenos Aires: Paidós, 1968.